

O MST e o TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA

Entre 26 e 28 de abril de 1999, no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, reuniu-se o chamado "Tribunal da Dívida Externa" onde várias entidades de cunho nacional e regionais, com inserção na Sociedade Civil, promoveram, através de quatro sessões, o estudo do sistema financeiro internacional; sobre o endividamento brasileiro; e o endividamento como reflexo na comunidade internacional dos países emergentes.

Este foi o primeiro passo, na ótica dos organizadores do evento, para que se dê o início de uma caminhada que culminará com um Plebiscito Popular, agendado para setembro do ano corrente, em que a população através das urnas manifestará o seu veredicto final sobre a ilegitimidade da dívida pública que agrava o déficit social nacional.

Como desdobramento do evento, em 24.04 do corrente, estive no auditório da Faculdade de Direito o atual Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o jurista João Luiz Duboc Pinaud, debatendo com entidades a este respeito.

Há anos que venho diuturnamente pela imprensa denunciando o processo de endividamento nacional. Fernando Henrique Cardoso iniciou seu governo com uma dívida orçada em 60 bilhões e em função da chamada estabilização monetária ou Plano Real, atrelado a volatilidade do sistema financeiro internacional, causou um agravamento dos índices que resultou, em termos atuais, numa soma de mais de US\$500 bilhões de dólares, cujos juros consomem toda a arrecadação tributária da União.

Não contabiliza-se aqui o endividamento das unidades federadas que vem inviabilizando a sua governabilidade pela impossibilidade de um política desenvolvimentista e de investimentos sociais. Muitos são os impeachments de governadores e prefeitos que reportam percentuais muito altos de responsabilidade política e mesmo penal perante o descalabro que, com certeza, sob a égide da Lei da Responsabilidade Fiscal, agravar-se-á ainda mais.

Sim, a hora é de clamar perante a anomia vinda do governo federal, notadamente da área do Ministério da Fazenda e do Banco Central, estancando a sangria. Com toda a certeza esta é uma iniciativa que encontrará eco no clamor da Sociedade Civil vergastada pela crise social. Muitos são os juristas como Cachapuz de Medeiros, Jacob Dolinger, Seabra Fagundes, entre outros, que em literatura clássica questionaram o processo de endividamento nacional.

No entanto é de lamentar que entre os signatários permita-se a participação ativa do MST (Movimento dos Sem Terra). É uma contaminação. A expressão popular "o roto falando do amassado" traduz toda a situação pois esta entidade, invadindo propriedades no campo e próprios públicos nas cidades, não age em conformidade com o estado democrático de direito, não tendo portando legitimidade para contestar qualquer ilegitimidade por força de sua idêntica natureza.

Para restaurar o estado de direito democrático, não é através da baderna já deflagrada pela agressão perpetuada em Porto Alegre, contra o Relógio dos 500 Anos, em Porto Seguro e em outras capitais, que consolidaremos a ordem e a paz social, restaurando os direitos dos trabalhadores. Há que separar "o joio do trigo" nesta cruzada moderna. João Paulo II, na Encíclica Fé e Razão, já condenou a ideologia das cruzadas medievais.

SÉRGIO BORJA

Professor de Direito Constitucional PUC/RS

PUBLICADO EM ZERO-HORA DE 04.05.2000 E NO ESTADO DE MINAS DO MESMO MÊS